

A Escola Nova (*)

Raimundo Frota de Sá Nogueira

O processo histórico brasileiro evidencia fases notórias de efervescência de idéias, aspirações e antagonismos político-econômicos e sociais, assumindo uma configuração convergente, em períodos de tomada de decisões na vida do povo. Estas fases se caracterizam como marco ao longo do segmento histórico do país. No contexto destes eventos, o fenômeno educacional aflora com expressivas manifestações, participando da problemática da época. Uma destas manifestações foi o movimento chamado Escola Nova.

1. A POSIÇÃO DA ESCOLA NOVA E DA SUA PEDAGOGIA FACE ÀS PEDAGOGIAS TRADICIONAL E TECNICISTA

Segundo Lourenço Filho (1974, 17), a designação Escola Nova representa um novo tratamento dos problemas da educação em geral.

A expressão Escola Nova não se refere a um só tipo de escola ou mesmo a um determinado sistema escolar, mas a um conjunto de princípios, que resultam em determinadas características, com o objetivo de reexaminar e rever os problemas didáticos tradicionais do ensino. A Escola Nova era constituída de grupos que trabalhavam nos estabelecimentos de ensino. Realizavam a renovação educacional, utilizando novos métodos de ensino na busca da integração de vida dos alunos tanto no seu aspecto físico quanto no aspecto moral, intelectual e ar-

* Este artigo constitui o capítulo 1.º da Dissertação de Mestrado em Educação, intitulada "A Prática Pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará", defendida a 31 de julho de 1985, na Universidade Federal do Ceará.

tístico, visando particularmente formar-lhes o caráter e a personalidade.

De início, a Escola Nova interessava-se pela compreensão das necessidades da infância e, ajudada pelos conhecimentos da biologia e da psicologia, elaborou princípios dirigidos neste sentido. Mas essa linha de interesse fora ampliada por nova concepção das funções da escola diante das exigências decorrentes das mudanças da vida social. Então, os objetivos do trabalho escolar, as técnicas, os programas, a organização e os procedimentos didáticos precisavam mudar; assim como deviam ser revistos os fundamentos gerais da educação como tal e reajustá-la às novas circunstâncias da sociedade. A educação passa de uma realidade, que deveria ser descrita de modo simples, para ser apreciada como uma problemática intimamente ligada à reflexão filosófica, política, econômica e social.

Diante desta nova visão da educação, a Escola Nova passa a desenvolver os mais variados ensaios: testa métodos, avalia rendimento de aprendizagem, cria novas técnicas, entende o educando fora e dentro do processo-aprendizagem em relação a sua idade e ao seu psiquismo, reconhece as diferenças individuais, ao educando mais liberdade e espontaneidade no processo de aprender, e motiva-o à criatividade, sobretudo relacionando as atividades escolares à vida social e à comunidade.

A Escola Nova representa, portanto, um movimento de reação à pedagogia tradicional. Esta reação vinha rica de espírito crítico, de análise de condições e resultados e de atitude criadora, no sentido de mudar o sistema fechado, dotado de conceitos estáticos, concluídos e acabados do tradicionalismo educacional.

A Escola Tradicional se constituiu a expressão dos chamados "sistemas nacionais de ensino", estabelecidos no início do século passado sob o princípio de que "a educação é direito de todos e dever do Estado". Este princípio, advogado sob pretexto da instauração de uma sociedade democrática, fora lançado e defendido pela classe emergente, que se afirmava no poder: a burguesia. A defesa da sociedade democrática tinha como objetivo instaurar e manter a democracia burguesa. Para mantê-la, fundada no contrato social estabelecido "livremente" entre os indivíduos, se fazia mister eliminar o impedimento da ignorância. Acenava a burguesia com esta mensagem: a mudança de súditos em cidadãos, indivíduos livres e esclarecidos. Esta transformação seria realizada através do ensino, que erradicaria a marginalidade resultante da ignorância e combateria a miséria, que passou a ser explicada como ausência de pro-

fissionalização decorrente da falta de escolarização. Nesta perspectiva, a escola passa a ser tomada como instrumento saneador da marginalidade, da miséria e do analfabetismo, e o professor seria o grande executor desta transformação. A escola, como agência do ensino, passa a adotar uma pedagogia centrada no educador e voltada para a essência do conhecimento. Considera o homem um ser concluído e acabado, esquecendo a existência, a vida. O conhecimento seguia não uma linha psicológica mas uma linha lógico-formal. Defendendo um conceito teórico do homem, não se preocupa com o homem concreto em suas múltiplas determinações, isto é: o homem no contexto das relações sociais. Os mestres expunham as lições, cabendo aos discípulos recebê-las e aplicá-las, obedientes à linha do raciocínio que lhes fora recomendada.

Como todo movimento, a Escola Tradicional teve sua fase de euforia, de entusiasmo e, logo, os resultados evidenciaram o não atingimento da universalização do ensino, "educação para todos", visto que nem toda a população necessitada de escola nela estava e nem todos que tinham acesso a ela eram bem sucedidos e os que alcançavam êxito, nem sempre se ajustavam ao tipo de sociedade pretendida pela burguesia dominante. Deste modo, a Escola Tradicional mostrava-se inadequada. (SAVIANI, 1980, 9-11).

Essa inadequação daria origem a variadas críticas contra a escola tradicional, contra a sua pedagogia e contra a sua teoria de educação. Estas críticas, surgidas no início do século passado e consubstanciadas em pesquisas posteriores, foram dando corpo a uma nova teoria de educação. Tal teoria cria no poder da escola para, em sua função dinâmica, realizar a equalização social. Nascia assim, o "escolanovismo", que entendia a marginalidade não como produto predominante da falta de conhecimento, isto é, da ignorância, mas sim da falta de aceitação. "O marginalizado já não é o ignorante, propriamente, mas o rejeitado. Alguém está integrado não por ser ilustrado, mas quando se sente aceito pelo grupo, e através dele, pela sociedade em seu conjunto" (SAVIANI, 1984, 11). Passa-se a defender a bio-psicologização da sociedade, da educação e da escola. As anormalidades neuro-fisiológicas constatadas através de exames médicos e testes de inteligência são aceitas não mais negativamente, mas como diferenças; e um tipo de educação começa a aparecer para tais casos, o que veio a se chamar atualmente de Educação Especial. Admitindo-se as diferenças individuais, aceitando-se que cada indivíduo é único e considerando-se tais diferenças individuais na

aprendizagem, surge um novo tratamento dado ao educando. A questão pedagógica do intelecto é deslocada para o sentimento. A ênfase no aspecto lógico é substituída pelo psicológico. Os conteúdos cognitivos são deslocados para os métodos ou processos pedagógicos. A educação deixa de ser centrada no professor, passa a sê-lo no aluno. O esforço é substituído pelo interesse, a disciplina pela espontaneidade e o diretivismo pelo não-diretivo. A ênfase na quantidade passa a ser dada agora à qualidade. A filosofia da educação baseada na ciência da lógica passa a ser calcada na filosofia da experimentação, utilizando-se dos conhecimentos da biologia e da psicologia. As classes sob responsabilidade do professor explanador de conhecimentos tomam a configuração e a funcionalidade pedagógica de pequenos grupos de alunos em estudo aproximados segundo áreas de interesse decorrente de suas atividades livres. A função do professor seria agora de estimulador e orientador da aprendizagem. A escola deixa de ser ambiente de sujeição, de disciplina, de silêncio para ser um ambiente de alegria, pesquisa e dinamismo.

A Escola Nova, apesar das mudanças causadas na educação, não logrou significativamente a escola no tocante à organização dos sistemas escolares, em virtude dos altos custos que implicavam escolas bem organizadas, bem equipadas e com mestres bem preparados e, conseqüentemente, dirigidas a pequenos grupos de elite. Normalmente, eram escolas de elevado custo operacional o que implicava matrícula reduzida, restrita a indivíduos de classe alta, isto é, com maiores disponibilidades econômicas. A funcionalidade, o afrouxamento da disciplina, e a pouca preocupação com a transmissão de conhecimentos fizeram baixar a qualidade ou nível do ensino e da aprendizagem das camadas sociais populares.

A Escola Nova aprimorou a qualidade do ensino dirigido às elites, tornando-se, assim, discriminatória e agravando o problema da marginalidade por não atender à grande população das baixas camadas populares. Ao aprimorar a qualidade do ensino das elites, desviou também a preocupação do âmbito político da sociedade como um todo e centrou seus cuidados no campo técnico-pedagógico no interior da escola. Com esta postura, a Escola Nova prestou relevante cooperação aos interesses da classe dominante, controlando a expansão da escola de acordo com as intenções dominantes e desenvolvendo um tipo de ensino que atendia aos interesses da referida classe.

A Escola Nova após a sua instauração na Europa e notadamente nos Estados Unidos da América, difundiu-se por toda a América Latina.

O escolanovismo, já no fim da primeira metade do século, evidenciava a falência das aspirações de uma reforma da escola, apresentando uma reserva de frustrados resultados.

Um novo movimento então se inicia no campo da educação. Os educadores partem para uma nova idéia — a da eficiência instrumental aplicada à educação. Surge, então, a pedagogia TECNICISTA, baseada na mentalidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade. O processo educativo assume as características do trabalho fabril, onde o produto é resultante da organização do processo e as ações dos sujeitos produzem resultados com os quais nenhum dos indivíduos se identifica e até lhes é estranho. A educação é planejada com uma organização racional, capaz de reduzir as interferências subjetivas, comprometedoras da eficiência. Surge, então, para o âmbito do processo educativo, o enfoque sistêmico, o micro-ensino, o tele-ensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar, a divisão do trabalho pedagógico com especificação de funções, a padronização do sistema de ensino a partir do esquema de planejamento previamente formulado, devendo-se ajustar às diferentes disciplinas e práticas pedagógicas. A Pedagogia Tecnicista, pretende substituir as diversas pedagogias como a tradicional e a escolanovista, desenvolvendo um processo educacional que, baseado em máquinas especialmente eletrônicas e em programas ao nível técnico-científico, possa estar imune às interferências pessoais e próximo da eficiência e da boa produtividade do conhecimento. (SAVIANI, 1980, 15-19).

A Escola Nova não substitui a Escola Tradicional e o seu ideário pretendendo eliminar as “deficiências da Escola Tradicional”, na sua prática, reforçava a idéia de que é “melhor uma boa escola para poucos, do que uma escola deficiente para muitos”.

2. O SURGIMENTO DA ESCOLA NOVA

Ao acompanharmos a evolução da educação através da sua história assim como a da pedagogia, constataremos que tanto as concepções educacionais quanto a prática pedagógica passaram por mudanças ou variações, de acordo com os períodos históricos, marcados, todos eles, por circunstâncias sociais, políticas, econômicas e culturais.

O movimento escolanovista constitui-se num dos segmentos de evidente florescimento e influência na evolução da história da educação e da pedagogia, com raízes bem mais longínquas do que se supõe.

Estudiosos da Escola Nova encontram em alguns pensadores da antiguidade e nos educadores dos séculos XVIII e XIX os iniciadores da pedagogia nova. Segundo FOULQUIÉ (1952, 2-15), os princípios escolanovistas podem ser identificados em: Sócrates, que utilizando o método maiêutico levava o discípulo a resolver por si um problema; em Platão, ao prever que ao nível elementar o estudo devia tomar a forma de jogo; em Santo Agostinho, para quem ensinar não é impor ao discípulo o próprio pensamento, mas conscientizá-lo daquilo que implicitamente já sabe ou ajudá-lo a achar a atitude que lhe permite perceber ou aprender o conhecimento; em Montaigne, ao lutar para que o aluno aprendesse por si mesmo, sem que se lhe "derramasse" o que ele precisava saber; em Rousseau, que propugnava nada ensinar à criança, aguardando que ela possa instruir-se por sua própria experiência e deixando-a fazer; em Pestalozzi, que defendia a adaptação do método ao nível de desempenho e do desenvolvimento do educando; em Froebel, ao insistir na necessidade da atividade para a formação do indivíduo e valorizar brinquedo como meio de desenvolver o poder criativo da criança. As primeiras escolas novas surgiram de criações livres e de corajosas iniciativas como reações aos princípios e práticas tradicionais vigentes na educação. Em virtude de visarem o mesmo fim conhecido pelo mesmo nome, foram levadas a se organizar num plano internacional.

A partir de 1880 foram realizados diversos experimentos didático-pedagógicos, com modificações no tocante à organização e funcionalidade escolar, à nova abordagem dada aos problemas educacionais, e à percepção mais acurada de que a educação não é um fenômeno isolado, mas antes um fenômeno essencialmente social. Ensaio foram levados a efeito aplicando os conhecimentos da psicologia à educação, no intuito de melhor compreender o educando e o processo de aprendizagem; outros estudos foram realizados no sentido de situar as relações escola e sociedade. Estas contribuições teóricas deram uma nova configuração às atividades da escola e da prática pedagógica, resultando numa concepção de novas formas de pensar e agir em relação à educação, chamada Escola Nova. Segundo LOURENÇO FILHO (1974, 24) as primeiras escolas desse movimento reformista surgiram em instituições privadas da Inglaterra, França, Suíça, Polônia, Hungria, depois

de 1880. São desta época os primeiros trabalhos da observação experimental sobre a aprendizagem, os primeiros ensaios a respeito da mensuração mental do rendimento escolar. Importantes instituições dedicadas ao ideário, à defesa e à aplicação da Escola Nova surgiram: na França, em 1900, a "Société libre pour l'étude de l'Enfant"; na Inglaterra, a "Child Study Society"; na Itália, começaram a funcionar em 1903 as Casas das Crianças; na Alemanha, em 1910, na cidade de Munique, as escolas públicas se transformaram em escolas renovadas; em Genebra, em 1911, inaugura-se o Instituto Jean-Jacques Rousseau cuja finalidade era a investigação pedagógica em classes experimentais e laboratórios para o estudo da criança; em Washington, em 1893, foi organizada a Associação Nacional para o Estudo da Criança e, três anos depois, instala-se a primeira escola experimental junto à Universidade de Chicago, organizada por John DEWEY, a "University of Chicago Elementary School". Nesta escola, Dewey testou suas teorias a respeito da aprendizagem da criança. Os americanos, entusiasmados com a escola nova, envidaram grande interesse, verificando-se uma grande adesão das escolas públicas ao escolanovismo, a ponto de, em 1914, nos trezentos colégios e universidades nos Estados Unidos, já existirem classes e laboratórios de psicologia e centros de informação destinados à pesquisa sobre a infância.

Em 1929, realizou-se em Elseneur, na Dinamarca, a V Conferência Mundial da Escola Nova. Nesse Encontro, surgiram colocações revolucionárias, listados por William Boyd em seu trabalho:

- * renovação da didática com múltiplos ensaios de ensino ativo;
- * melhor reformulação teórica de objetivos e normas para avaliação dos resultados do trabalho escolar;
- * extensão do movimento escolanovista ao ensino público;
- * criação de grandes associações de educadores com caráter nacional e internacional;
- * confronto de várias concepções filosóficas com os princípios e resultados do movimento;
- * conceituação geral da educação como ajustamento entre a educação e a vida social modificada pela industrialização;
- * proposição de todas as formas educativas no sentido da paz, dando especial atenção neste particular, também à

- formação da personalidade dos educadores, sem dúvida, princípio e fim de toda e qualquer reforma concebida;
- * a reforma essencialmente técnica do trabalho escolar, fugindo ao superficialismo e à rotina superfuncionalista, dando como resultado melhor conhecimento da criança e do jovem;
 - * consciência pedagógica de que o desenvolvimento bio-psíquico dos alunos deveria orientar os rumos da escola;
 - * delineamento dos princípios da escola centrada na criança, da escola centrada na comunidade e do direito à educação.

A V Conferência Mundial da Escola Nova foi considerada uma das mais importantes realizadas, em virtude de nela serem definidas as grandes linhas do movimento escolanovista.

A V Conferência também se destacou por nele terem sido definidos dois grandes aspectos fundamentais para o movimento renovacionista da educação. O primeiro, a reforma estritamente técnica do trabalho escolar para desligar-se do empirismo e da rotina, mediante melhor conhecimento das crianças e dos jovens. O segundo, a redireção dos objetivos, isto é, não somente a preocupação com o conhecimento mas a necessidade de ajustamento das novas gerações à vida de seus grupos ou da sociedade.

O primeiro aspecto, a reforma técnica do trabalho escolar, caracterizava a orientação da escola no interesse do desenvolvimento do aprendizado do educando, com base no interesse dele. Este aspecto resumia-se no princípio: a escola centrada na criança e colocava os mestres sob a responsabilidade da melhor compreensão das necessidades e capacidade do educando.

O segundo aspecto, ajustamento do educando à vida social, resumia-se no princípio: "a escola centrada na comunidade". Compreendia-se que o desenvolvimento da criança se fazia nas condições do meio social de cada comunidade. Tal princípio preservava o elemento técnico do aprendizado da vida infantil e juvenil, mas relacionando o processo educativo ao processo de integração do estudante na vida social. Isto exigia dos mestres maior trabalho, no sentido de melhor compreender e orientar a relação entre indivíduos e entre grupos, o indivíduo e o social.

A V Conferência também definiu o princípio da "Escola Única", no intuito de oferecer maiores oportunidades educacionais a todos. Tal princípio seria posto em prática especial-

mente por parte dos poderes públicos. Também foi estabelecido o princípio: "a todos o direito à educação".

A idéia da "renovação da didática com múltiplos ensaios do ensino ativo", defendida na conferência — constituía-se uma reacção ao verbalismo e à prática de memorização da pedagogia tradicional. O que se desejava com esta atitude era levar o educando aos experimentos das atividades escolares, ao estudo prático, ao aprendizado do "aprender fazendo" ou do "aprender a aprender". Considerando a seriedade com que a escola nova levava em conta a praticidade do aprendizado, o conclave ainda determinou: "a reformulação teórica de objetivos e nome dos programas das disciplinas para constituírem a base da avaliação dos resultados dos trabalhos escolares". Somente estabelecendo critérios, seria possível avaliar, medir em educação rendimentos da aprendizagem. A avaliação identificaria o nível do ensino, a eficiência dos mestres e apontaria o melhoramento que deveria ser prestado ao estudante com a finalidade de desenvolver o seu desempenho. A avaliação deixaria de ser cobrança do conhecimento adquirido para ser um meio de acompanhar o rendimento da aprendizagem escolar.

"A criação das associações de educadores", outra decisão da Conferência de Elseneur, pretendia que os mestres se tornassem uma força para reivindicar direitos, melhores condições de trabalho e esperava que as suas reuniões de estudos produzissem novas perspectivas na área da educação.

Conceituando-se a educação como fator de ajustamento do homem à sociedade e reconhecendo-se que a sociedade ou a vida social estava mudando em função da influência da industrialização, foi decidido no conclave que a escola deveria oferecer uma educação de acordo com as exigências da nova sociedade.

Na Conferência considerou-se ainda de fundamental importância o preparo da personalidade e do conhecimento dos mestres, reconhecidos como princípio e fim de toda e qualquer reforma.

Podemos dizer que as decisões tomadas no Congresso de Calais em 1921, promovido pelo "Bureau International des Écoles Nouvelles" definiram a estrutura e funcionamento das Escolas Novas e que a V Conferência em Elseneur na Dinamarca em 1929, estabeleceu a sua filosofia de educação.

Aqueles dois conclaves traçaram as grandes linhas do escolanovismo.

3. OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA NOVA

Como toda corrente de pensamento em educação, a Escola Nova tem seus princípios, sob os quais desenvolveu toda a sua linha de ação educacional.

Primeiro Princípio: o respeito à personalidade do educando cu o reconhecimento de que deverá ele dispor de liberdade.

Reconhecendo a Escola Nova a existência das diferenças individuais e valorizando a unicidade do indivíduo, entendia que cada educando deveria desenvolver-se segundo suas próprias capacidades e recursos em função de sua ação e esforço individual. Desta forma, a aprendizagem é um ato de consciência conquistado.

O impulso vital existente em cada ser humano o leva a uma necessidade de criar, necessidade esta que se desenvolve numa síntese de ordem dinâmica e funcional somente possível de se realizar pelo indivíduo e no indivíduo como ser integral, unitário, entendendo-se esta característica como a capacidade de harmonizar tendências e conflitos.

A partir desta concepção, a Escola Nova opõe-se e combate a atitude de imposição da Escola Tradicional que, através do automatismo e autoritarismo, valoriza a "obediência" e a "submissão" do educando, e desprezava o valor dos impulsos naturais, desejos e propósitos, fontes do sistema vital da personalidade.

Segundo Princípio: A escola única

Este princípio defendia que todo indivíduo numa democracia social, deve ter uma base de educação comum, para desenvolvê-la ulteriormente. O Estado dá, no sistema de educação, um ponto de início, determinando o começo dos estudos, a idade para este início, e põe o sistema de educação de acordo com as condições sociais e econômicas, para todas as classes. A Escola Única, isto é, a escola constituída por todos os elementos da sociedade, é a base da educação numa democracia social. O Estado, tendo interesse na formação do homem para manter o seu regime, mantém a educação inicial uniforme, obriga todos (daí o princípio da obrigatoriedade) a uma formação inicial comum, mas como não pode obrigar o ensino instituído como base comum, procura torná-lo acessível a todos, pela gratuidade. A educação inicial deve ser uma para todos. obrigatória e gratuita.

Terceiro Princípio: A escola do trabalho

A idéia da escola do trabalho pretendia basear a atividade escolar nos mesmos princípios de organização da sociedade. Na escola do trabalho a atividade é aproveitada como instrumento para a educação. Nada se aprende senão fazendo, trabalhando. O trabalho manual é empregado não só como veículo de expressão mas como um instrumento de aquisição.

A tarefa da escola, além de criar e desenvolver um sentimento, uma consciência democrática (escola única), poderá transformar-se num instrumento de organização econômica pela escola do trabalho. Essa nova forma de atividade escolar, transformando profundamente a feição da escola e tornando mais árdua a tarefa do mestre, estreitou muito mais as relações entre estes e os alunos. O mestre passa a ser um despertador de interesses. O aluno observa, experimenta, projeta e executa. O mestre estimula, desperta a atenção, aconselha, orienta. Ele também conduz o aluno em suas investigações e experiências. Esta era, em resumo, a concepção da escola do trabalho, defendida pelo escolanovismo.

Quarto Princípio: A Escola — Comunidade

Através deste princípio a escola nova propugna por uma forma de vida e de trabalho em comum, e se propõe a ensinar a viver em sociedade e a trabalhar em cooperação.

Quinto Princípio: A compreensão funcional do processo educativo se verifica quer sob o aspecto individual, quer social.

O processo educativo se verifica no educando através do: o crescimento e da maturação, dando como resultado progressivos níveis de expansão de vida com harmonia e eficiência, em função da experiência do educando. A experiência é a contínua interação do homem com o ambiente por meio do qual ele cresce e ao mesmo tempo modifica a própria natureza. Neste sentido, a escola nova defende a necessidade da atividade como componente do processo da aprendizagem. Não a atividade por atividade, ou atividade em si mesma, não a atividade como fim, mas a atividade visando fins os quais o educando a si mesmo se propõe.

É interessante relacionar este princípio da escola nova com a concepção de ÉMILE DURKHEIM (1973, 10) sobre a edu-

cação e o social. Para este autor, a ação pedagógica no indivíduo

“compõe-se de todos os estados mentais que não se refere senão a nós mesmos e aos fatos de nossa vida pessoal e é o que poderíamos chamar o ser individual. O outro é o sistema de idéias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós a nossa própria personalidade, mais o grupo ou os grupos diversos, de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de qualquer espécie. Este conjunto forma o social e o adjetivo da educação é precisamente constituir ou organizar esse ser em cada um de nós.”

Desta forma, o fim último da educação é desenvolver no homem um ser individual e um ser social. A escola nova defendia exatamente esta funcionalidade do processo educativo que se verifica sob a ótica do individual e do social. Nesta concepção, o interesse conduz à disciplina e ao esforço e, assim, aprende-se a fazer fazendo e a pensar fazendo, em situações definidas.

Sexto Princípio: Abrange a compreensão da aprendizagem simbólica em situação de vida social.

Neste princípio, a escola nova defende que a situação ensino-aprendizagem é sempre de cooperação social. Entende que o fundamental na educação é a interação do organismo com o meio geofísico e a interação do indivíduo com o seu grupo na sociedade. A liberdade, a atividade e a responsabilidade são exercidas na sociedade, na convivência, e assim o indivíduo vai desenvolvendo a sua personalidade, vai se tornando pessoa societária. Por isso a escola deve se organizar como uma pequena comunidade e funcionar como na vida comum, tanto quanto possível, tendo em vista as suas necessidades e exigências. Para a escola nova, a educação é um processo social.

Sétimo Princípio: As características de cada indivíduo serão variáveis segundo a cultura, a família, seus grupos de vizinhança, de trabalho, recreação, vida cívica e religiosa.

Além das peculiaridades biológicas de cada um, o homem, em grande parte, representa a expressão do meio cultural, que o desenvolve espiritual e moralmente. Através deste princípio a escola nova defende o desenvolvimento individual intelectual e moral, advindo das oportunidades aproveitadas pela educação que possam ser oferecidas a todos igualmente.

Mas a escola nova possuía características que bem a distinguíam da educação tradicional.

4. CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS NOVAS

Em virtude de alguns estabelecimentos escolares se prevaleceram do título de escola nova para fins puramente comerciais, Adolphe Ferrière, no Congresso de Calais em 1919, realizado pelo Bureau International des Écoles Nouvelles, apresentou para a aprovação da assembléia as características das escolas novas, entendidas como condições que deveriam preencher as casas de educação para que pudessem tomar o título de "Escola Nova".

Reproduzimos na íntegra, as características essenciais da escola nova, aprovadas pelo Bureau International des Écoles Nouvelles:

4.1 ORGANIZAÇÃO

4.1.1. A escola nova é um laboratório de pedagogia prática.

- a) Vanguardeira das escolas do Estado, prepara o terreno, provando a eficácia dos novos métodos.
- b) Apóia-se nos dados da psicologia da criança e nas necessidades do seu corpo e de seu espírito.
- c) Visa preparar a criança para a vida moderna, com suas exigências materiais e morais.

4.1.2. A escola nova é um internato.

- a) Só a influência total do meio permite realizar uma educação integral.

- b) A escola nova visa principalmente as crianças cuja família não existe ou não pode empreender a educação segundo as exigências da ciência moderna.
- c) Tendo a servir de transição entre a vida familiar e a vida social, realizando os agrupamentos por "famílias" adotivas, ao sabor das afeições espontâneas das crianças.

4.1.3. A escola nova é situada no campo.

- a) O campo é o meio natural da criança. Aí encontra ela a calma de que necessita seu sistema nervoso.
- b) Possibilidade de entregar-se aos prazeres dos primitivos e aos trabalhos dos campos.
- c) Para os adolescentes a proximidade de uma cidade é desejável, para a educação intelectual e artística (museus, concertos etc.).

4.1.4. A escola nova agrupa os alunos em casas separadas.

- a) Grupos de dez a quinze vivem sob a direção material e moral dum educador e duma educadora.
- b) O elemento feminino não deve ser excluído da educação dos rapazes, nem o masculino das moças.
- c) Os hábitos de ordem e as relações de intimidade não são possíveis senão em meio limitado.

4.1.5. A escola nova pratica o mais que pode a coeducação dos sexos.

- a) Deixados juntos desde sua primeira idade, e sem deixar de ser educados segundo as necessidades particulares do seu sexo, rapazes e moças vivem como camadas.

- b) Os elementos que não convêm à coeducação, ou aos quais a coeducação não convêm, são excluídos.
- c) Evitando "recalques" patológicos, a coeducação prepara casamentos são e felizes.

4.2. VIDA FÍSICA

4.2.1. A escola nova organiza trabalhos manuais.

- a) São obrigatórios para todos os alunos e vão, geralmente, das duas às quatro horas.
- b) Visam não um fim profissional e sim um fim educativo.
- c) Apresentam utilidade real para o indivíduo e para a coletividade.

4.2.2. A escola nova atribui importância especial:

- a) À marcenaria, que desenvolve: a) habilidade e firmeza manuais; b) o senso de observação exata; c) a sinceridade e o domínio do eu.
- b) À cultura do solo: a) contato com a natureza; b) saúde e força física; c) utilidade de primeira ordem.
- c) À criação, quando não do gado de porte, pelo menos de pequenos animais: a) proteger e observar os seres menores; b) hábitos de perseverança; c) observações científicas; d) utilidade.

4.2.3. A escola nova provoca nas crianças trabalhos livres.

- a) Concursos e exposições de trabalhos de alunos.
- b) Desenvolvimento de gostos individuais.
- c) Desenvolvimento da iniciativa pela obrigação de escolher, mas liberdade na escolha.

4.2.4. A escola nova assegura a cultura do corpo pela ginástica natural.

a) Praticada de dorso nu ou mesmo inteiramente ao ar livre, combate e evita as moléstias.

b) Torna flexível e ágil, sem aborrecer a criança.

c) Associa-se aos jogos e aos esportes.

4.2.5. A escola nova cultiva as viagens a pé ou de bicicleta, com acampamento em barracas e cozinha ao ar livre.

a) Preparação preliminar dessas viagens e notas colhidas no decorrer.

b) Auxílio ao estudo da geografia local ou dos países estrangeiros, visitas a monumentos, usinas, fábricas.

c) Cultura da força física, adestramento, aprendizagem do auxílio mútuo.

4.3. VIDA INTELECTUAL

4.3.1. A escola nova entende por cultura geral a cultura do juízo e da razão.

a) Método científico: observação, hipótese, verificação, lei.

b) Um conjunto de disciplinas obrigatórias realiza a educação integral.

c) Nada de instrução enciclopédica, feita de conhecimentos memorizados, mas, faculdade de haurir, no meio e nos livros com que desenvolver, de dentro e de fora, todas as faculdades inatas.

4.3.2. A escola nova junta à cultura geral uma especialização.

a) Cursos especiais periódicos, escolha livre, mas obrigação de escolher.

- b) Especialização espontânea: cultura dos gostos preponderantes de cada criança.
- c) Depois especialização refletida: cultura sistemática, que desenvolva as idéias e as faculdades do adolescente num sentido profissional.

4.3.3. A escola nova baseia seu ensino em fatos e experiências.

- a) Observações pessoais da natureza.
- b) Observações das indústrias humanas e das organizações sociais.
- c) Ensaio científico de culturas e de criação e trabalhos de laboratórios — trabalhos qualitativos da criança, quantitativos do adolescente.

4.3.4. A escola nova recorre à atividade pessoal da criança.

- a) Associação de trabalho concreto à maior parte dos estudos abstratos.
- b) Utilização do desenho como auxiliar de todas as disciplinas.
- c) Já se disse que saber é prever. Poder-se-ia dizer, com maior razão: saber é poder.

4.3.5. A escola nova estabelece seu programa sobre os interesses espontâneos da criança.

- a) Primeira infância: 4 a 6 anos — idade dos interesses difusos ou idade do brinquedo.
- b) Segunda infância: 7 a 9 anos — idade dos interesses agregados aos objetos concretos imediatos; 10 a 12 anos — idade dos interesses concretos especializados, ou idade das monografias.

- c) Adolescência: 13 a 15 anos — idade dos interesses abstratos empíricos; 16 a 18 anos — idade dos interesses abstratos complexos. Preparação do futuro pai, economista privado, cidadão e profissional.

4.4 ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

4.4.1. A escola nova recorre ao trabalho individual dos alunos.

- a) Pesquisa de documentos (nos fatos, livros, jornais, museus).
- b) Classificação dos documentos (classificadores por categoria, fichas e índices).
- c) Elaboração individual dos documentos (cADERnos ilustrados, ordem lógica dos assuntos, trabalhos pessoais, conferências).

4.4.2. A escola nova recorre aos trabalhos coletivos dos alunos.

- a) Disposição em comum do material reunido sobre o mesmo assunto.
- b) Procura das associações que o assunto tratado sugere no tempo e no espaço.
- c) Procura das aplicações: utilidade (nas crianças), sistematização científica (nos adolescentes).

4.4.3. Na escola nova o ensino propriamente dito é limitado à manhã.

- a) Das oito ao meio-dia há quatro horas. Vinte e quatro horas por semana devem bastar largamente para um trabalho antes intensivo que extenso.
- b) Há estudo pessoal de quatro e meia a seis horas — nenhum para os pequenos. Estudo de re-

petição para os médios, e estudo de elaboração para os maiores.

- c) A classe será de resto, muito mais uma classe-laboratório ou uma classe-museu que um lugar consagrado à abstração pura.

4.4.4. Na escola nova estudam-se poucas matérias por dia.

- a) A sustentação do interesse não é favorecido pelo parcelamento dos estudos.
- b) Nasce a variedade, não dos objetos tratados, mas da maneira de tratá-los.
- c) A maior concentração assegura rendimento muito superior; mais efeitos úteis, para menos esforços inúteis.

4.4.5. Na escola nova estudam-se poucas matérias por mês ou por trimestre.

- a) Sistema análogo aos dos cursos universitários.
- b) Horário individual de cada aluno.
- c) Os alunos são agrupados não segundo a sua idade, mas segundo o seu grau de adiantamento nas disciplinas estudadas. Condição de concentração e de eficácia nos estudos.

4.5 *EDUCAÇÃO SOCIAL*

4.5.1. A escola nova forma em certos casos, uma república escolar.

- a) A assembléia geral toma todas as decisões importantes à vida da escola.
- b) As leis são os meios tendentes a reger o trabalho da comunidade com vista ao progresso espiritual de cada indivíduo.
- c) Esse regime supõe uma influência moral preponderante do diretor sobre os "condutores" naturais da pequena república.

4.5.2. Na escola nova procede-se à eleição dos chefes.

- a) Os Chefes têm responsabilidades sociais definidas, que têm para eles alto valor educativo.
- b) Os alunos preferem ser conduzidos antes por seus chefes que pelos adultos.
- c) Os professores se encontram, assim, livres de toda parte disciplinar e podem consagrar-se por inteiro ao progresso intelectual e moral dos alunos.

4.5.3. A escola nova reparte entre os alunos os encargos sociais.

- a) Colaboração efetiva de cada um para a boa marcha do todo.
- b) Aprendizagem da solidariedade e do auxílio mútuo social.
- c) Seleção dos mais capazes, que serão escolhidos como chefes.

4.5.4. A escola nova age por meio de recompensas ou sanções positivas.

- a) As recompensas consistem em ocasiões proporcionadas aos espíritos criadores para ampliar seu poder criador.
- b) As recompensas se aplicam unicamente aos trabalhos livres e favorecem, assim, o espírito de iniciativa.
- c) Não recompensas baseadas na concorrência. Nos jogos, o único prêmio é o mérito da vitória.

4.5.5. A escola nova age por punições ou sanções negativas.

- a) As punições estão, tanto quanto possível, em correlação direta com a falta cometida.

- b) As punições visam a pôr as crianças, por meios apropriados, em condições de atingir o fim bom que não atingiram ou que atingiram mal.
- c) Para os casos graves, não há sanções previstas no Código, mas uma ação moral pessoalmente exercida por um adulto, amigo culpado.

4.6 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E MORAL

4.6.1. A escola nova emprega a emulação.

- a) A ajuda recíproca, com apelo aos serviços voluntários, tem eficácia de primeira ordem.
- b) Este caso é talvez o único em que notas apropriadas tenham cabimento.
- c) Em todos os casos, cumpre comparar o trabalho anterior, e não com o de outrem.

4.6.2. A escola nova deve ser um ambiente de beleza.

- a) A ordem é a primeira condição, o ponto de partida.
- b) Os trabalhos manuais, em particular a arte industrial que se pratica, assim como labores deste gênero, de que nos cercamos, contribuem para a beleza do ambiente.
- c) O contato, enfim, com as obras-primas da arte, e a prática de arte pura pelos alunos mais bem dotados, satisfazem às necessidades estéticas de ordem espiritual.

4.6.3. A escola nova cultiva a música coletiva.

- a) Por audições diárias de trechos seletos, após a refeição do meio-dia.
- b) Pela prática cotidiana do canto em comum.

c) Pela prática freqüente de orquestra; estas atividades harmonizadas de ordem afetiva exercem ação profunda e poderosa nos que amam a música e contribuem para reforçar os liames coletivos pela emoção que deles emana.

4.6.4. A escola nova promove a educação da consciência moral.

a) Propondo cada tarde às crianças, leituras, trechos tomados à vida fictícia ou real.

b) Provocando nelas, assim, reações espontâneas de sua consciência moral, verdadeiros juízos de valor.

c) Prendendo-as praticamente a esse juízo de valor que firmam sua consciência e determinam para o bem.

4.6.5. A escola nova provoca a educação da razão prática.

a) Ao suscitar nos adolescentes reflexões e estudos sobre as leis naturais do progresso espiritual, individual e social.

b) Com o associar essas reflexões, de um lado a biologia, a psicologia e a fisiologia; doutro, a história e a sociologia.

c) Ao fazer convergir toda a vida do pensamento para o acréscimo do poder do espírito, o que é, quer nos coloquemos quer não, num ponto de vista confessional, a educação religiosa.

As escolas novas se configuravam por reger-se pelos princípios e características acima expostos. Elas não representam o pensamento particular de Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Montessori, Decroly, Kilpatrick, Dalton ou mesmo Dewey. Eles prestaram significativas contribuições à nova educação, através de métodos, técnicas, teoria do conhecimento, clientela escolar específica, mas as escolas novas, pela prática pedagógica e filosofia de educação que exerceram, encontraram no "escolanovismo" a expressão de seus princípios e características.

5. OBJETIVOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA NOVA

As Escolas Novas possuíam uma prática pedagógica resultante da sua filosofia de educação que lhes dava uma visão social e pragmática do preparo do homem para atender às exigências da sociedade em mudança e a afirmação do homem como indivíduo.

Eis, a seguir, alguns dos principais objetivos da sua prática pedagógica.

- * A Educação deve ser "ativa" e estar relacionada com os interesses da criança.

Esta característica do procedimento pedagógico da educação das escolas novas, corresponde a dizer que a educação é centrada na criança. O ensino renovado considerado como tal e não como o julgam as concepções filosóficas tradicionais.

Outro ideário da educação fundada na criança é a da "criança total", o que implica não desconhecer nenhum aspecto de sua vida, e reconhecer que em uma perspectiva psíquico-orgânica, a criança reage como um todo unitário. Aprende com o ser todo. A partir destas concepções, a "criança total" advém de um dado processo de aprendizagem e de um certo comportamento do professor, configurado nos seguintes aspectos:

a) o processo de aprendizagem deixa de ser somente determinado pelo mestre ou pela disciplina, mas pela criança, por ela individualmente considerada. A criança estaria interessada e disposta a aprender tudo que estivesse dentro de seu ambiente de interesse ou que indicasse solução de seus problemas. Sua tendência é resistir a tudo que lhe sinta ser imposto. Isto não significa deixá-la realizar todas suas inclinações. Os escolanovistas aceitam que ela não possui suficiente entendimento, discernimento ou maturidade para decidir significativos propósitos;

b) visto que a criança reconhecidamente necessita de orientação docente, o professor deve influenciar o crescimento e o desenvolvimento do aluno, não lhe inculcando informações, mas controlando o meio em que esse crescimento e desenvolvimento se operam, na direção da vida que se processa através da experiência de relação e adaptação da inteligência ao meio.

Foulquié (1952, 109) diz que "a educação inteira tem por fim preparar o homem de amanhã" e que "o fim da infância está na própria infância" e que "a educação nova será baseada na criança; partirá dela e até será feita por ela".

- * A aprendizagem através da resolução de problemas deve substituir a inculcação de matérias.

A escola nova rejeita o postulado tradicionalista de que a aprendizagem consiste essencialmente na aquisição de conhecimentos, inculcada na mente do aluno pelo professor. Na concepção escolanovista, o conhecimento é um instrumento para dirigir a experiência, para resolver as novas situações que a dinâmica da vida apresenta. O saber só tem significado quando é instrumento de algo que fazemos com ele, e deve ser conquistado através da experiência. O conhecimento é instrumento que dirige a experiência e que, orientado pelo professor, deve levar o aluno a obter o domínio de novas situações, diante da mutabilidade que a vida nos coloca. Neste sentido, para os escolanovistas, o processo educativo significava colocar o educando em situação-aprendizagem, estimulando-o e orientando-o a solucionar problemas. Partindo do ponto de vista de que a criança somente aprende quando consegue relacionar o que estuda com seus próprios interesses, na prática pedagógica, o educando deve ser colocado em uma situação-aprendizagem em que ele exercite o aprender fazendo. A escola nova reage fortemente ao intelectualismo, ao didatismo.

A escola nova aceita que a adequada aprendizagem se dá mediante a resolução de problemas e não pelo simples fornecimento de matérias.

- * A educação deve ser a própria vida, ao invés de uma preparação para a vida.

Eduardo Claparède defende que a educação é uma vida e não uma preparação para ela, com o que concordam os educadores norte-americanos. Na perspectiva pragmatista educacional ianque, a educação não objetiva preparar o aluno para a vida, no sentido de uma época futura, mas luta por alargar a visão da vida presente, tornando-a mais plena e intensa, mais rica e fecunda, dando ao aluno capacitação para enfrentar as circunstâncias que venham surgir no futuro. Quanto à educação ser a própria vida, diz George F. Kneller (1971, 133): "Toda a vida inteligente é aprendizagem, já que envolve a interpreta-

ção e reconstrução da experiência. A escola, portanto, deve ser um lugar onde a criança aprende a viver crítica e inteligentemente. Deve colocá-la em situações de aprendizagem que se ajustem à sua idade e que apontem para aquelas que terá probabilidades de encontrar na vida adulta”.

* A função do professor não é dirigir, mas aconselhar e orientar.

Se os interesses próprios da criança determinam o que ela há de aprender, a atitude do professor, na escola nova, é a de aconselhar, orientar o educando. O docente possui experiência superior, mais vasta e capaz de influir em situações apresentadas. O mestre funciona como organizador, guia, coordenador. As crianças planejam em conjunto a programação de suas atividades e o professor está presente para guiar a aprendizagem, ajudando seus discípulos nos impasses surgidos, sugerindo idéias que trabalhadas por eles possam levá-los ao fim em perspectiva. Sua experiência e maturidade são colocadas à disposição do educando no evento da prática pedagógica.

* A escola deve fomentar a cooperação, em vez da concorrência.

A concepção escolanovista acha que no relacionamento humano é mais válida a cooperação e a compreensão do que a concorrência e a competição que visam apenas o êxito pessoal. Por isso, aconselha a escola nova que se utilize na prática pedagógica o estudo em grupo. A criança sente-se mais realizada trabalhando com outras do que sozinha. A cooperação aplicada à educação, tendo como prática educativa a experiência de grupos, opera a socialização da criança.

A escola nova não nega certo valor que a concorrência ou a competição possam apresentar na vida e na educação e chega a concordar que, em determinadas ocasiões, os estudantes no exercício do processo educativo devam competir entre si, desde que esta competição favoreça o desenvolvimento. Defende com significativa insistência que a cooperação serve melhor do que a competição aos fatores biológicos e psicossociais da natureza humana.

* Somente a democracia permite de fato a livre interação de idéias e personalidades, condição necessária ao verdadeiro desenvolvimento.

Na perspectiva escolanovista, destaca-se que cooperação e democracia encontram-se mutuamente interligadas, e isto deve ser utilizado como base da prática pedagógica. Para ensinar democracia, a própria escola deve ser democrática. A prática pedagógica da escola progressiva deve desenvolver a livre discussão de idéias, o planejamento conjunto discente-docente e a plena participação de todos na experiência educativa.

A troca de experiências entre todos conduz ao desenvolvimento e exige educação. Existe, portanto, uma relação entre democracia, desenvolvimento e educação.

6. CRÍTICA À ESCOLA NOVA

Inúmeros autores tratam da Escola Nova, ressaltando suas inúmeras "virtudes e nenhum vício". Quanto às críticas a ela dirigidas, restringimo-nos ao que defende o professor Dermeval Saviani.

Em dois artigos, "Abordagem Política do Funcionamento Interno da Escola de 1.º Grau" e "Escola e Democracia: para além da curvatura da vara", o autor analisa e critica a Escola Nova. Através de três teses, contesta a concepção dominante advinda do reformismo, que considera a pedagogia nova dotada de "virtudes e de nenhum vício" e ao contrário, lança sobre a pedagogia tradicional todos os vícios, desnudando-a de qualquer virtude.

Em sua primeira tese, de natureza filosófico-histórica o autor defende: do caráter revolucionário da pedagogia da essência (pedagogia tradicional) e do caráter reacionário da pedagogia da existência (pedagogia nova). Ensina que no âmbito da escola existe um digladiar entre duas posições que ele classifica antitéticas. De um lado, uma concepção do novo, resultando na pedagogia nova que se baseia no predomínio da existência sobre a essência, uma concepção da filosofia da educação "humanista" moderna; e de outro lado, a concepção do velho, da pedagogia tradicional, embasada numa concepção essencialista.

Na antiguidade grega a filosofia da essência e a pedagogia dela decorrente não tinham problema de caráter político-filosófico-pedagógico, visto que na filosofia da essência o ser humano era considerado o homem livre, e o escravo não era tido como ser humano e conseqüentemente a essência humana só se realizava nos homens livres. O escravo que se constituía a mão-de-obra de sustentação da economia da sociedade grega,

não sendo ser humano não representava problema nem para a política, nem para a filosofia e sequer para a pedagogia.

A concepção teológica da Idade Média reforçou a concepção filosófica grega da essência. É que a criação divina fez o homem com sua essência predeterminada, alheia à sua vontade, determinando o destino de sua vida — homens-senhores e homens-servos, por implicação, ricos-mandatários e pobres-mandados. Nesta idéia, baseava-se a diferenciação da sociedade em senhores e servos. Desta forma, a essência humana já justificava as diferenças sociais.

Na época moderna, ocorre uma transformação marcante, nos modos de produção: em virtude disto a produção feudal transmuda-se em capitalista. A burguesia de início como classe em plena ascensão, caracteriza-se como revolucionária, defendendo a filosofia da essência como básica a igualdade dos homens como um todo; denunciando que a dominação da nobreza e do clero não eram de origem divina, não-natural, não-essencial, mas social, acidental e histórica. Este pensamento filosófico da essência dá como resultado a pedagogia da essência, que passa a defender a igualdade essencial dos homens e a educação para todos. A similitude essencial dos homens baseia-se na liberdade e sobre essa liberdade vai-se postular a reforma da sociedade. Na metade do século passado, a burguesia estrutura a pedagogia da essência e passa a reger os sistemas nacionais de ensino, defendendo a escolarização para todos. O ensino a todos os homens daria como produto a mudança de servos em cidadãos, e tais participariam do processo político, da consolidação da ordem democrática a democracia burguesa. O papel político da escola estava delineado — passa a ser entendida como instrumento da consolidação da ordem democrática.

O processo histórico vai crescendo e a participação política das massas da sociedade contratual vai se posicionando contra os interesses da burguesia. Na metade do século passado, essa classe põe-se em ascensão, em classe dominante e a partir desse instante seus interesses deixam de ser a transformação social para impor-se na perpetuação da sociedade. A classe burguesa, agora detentora do poder, não mais se comporta na linha histórica, mas contra ela, que coloca-se, assim, contrária aos interesses da burguesia, e esta fica adversária da história. Assim, a pedagogia tradicional da essência que defendia a igualdade entre todos os homens, que propugnava por uma sociedade igualitária, já não mais servia aos interesses burgueses, que propõe o novo ensino como instrumento de sua

Ideologia — a pedagogia da existência que está na base da Escola Nova, portanto, contrária à pedagogia da essência. A pedagogia da existência, em profundidade, defendia a legitimidade da desigualdade, ou seja, fundamentada numa filosofia da existência, defende que os homens não são essencialmente iguais, e que a diferença entre os humanos deve ser respeitada. Tais diferenças consistem em que uns são mais capazes que outros, aprendem mais rapidamente, se interessam por uma coisa, outros por outras. E a legitimidade da desigualdade. A pedagogia da existência toma posição e o caráter reacionário contrapõe-se ao movimento da libertação da humanidade ou da sociedade em particular. Neste contexto, a pedagogia da essência toma caráter revolucionário, de uma vez que continua defendendo a igualdade essencial entre os homens, segue sendo contrária aos privilégios que impedem a realização considerável dos homens. Daí a razão de Saviani defender a sua primeira tese filosófico-histórica: “do caráter revolucionário da pedagogia da essência e do caráter reacionário da pedagogia da existência”. Mas agora a classe revolucionária não é mais a burguesia, e sim a que ela explora, a dominada, o povo.

Observemos que a pedagogia da existência é a base da filosofia “humanista” moderna, e esta está na base do chamado Movimento da Escola Nova.

A segunda tese de Saviani refere-se ao método e sua cientificidade, e assim se enuncia: “do caráter científico do método tradicional e do caráter pseudocientífico dos métodos novos”.

Nesta tese, o primeiro assunto abordado por Dermeval Saviani é o caso do surgimento dos métodos novos e do tradicional. De início, chama atenção para o fato de que a burguesia construiu argumentos que defendiam a pedagogia da existência e relega a pedagogia da essência a plano secundário, dizendo esta última medieval. Assim sendo deixa agora de assumir a paternidade da pedagogia da essência como que fora construção sua.

Outro aspecto para o qual pede atenção é o da cientificidade dos métodos: tradicional e novos. Enfatiza que o método tradicional foi constituído após a revolução industrial, contrário ao argumento que comumente os escolanovistas explicam, de que a revolução industrial transformou a sociedade, determinou-a não mais estática, em mudança contínua. Essa revolução, que teve sua base na ciência, não recebeu sua contrapartida na educação, de acordo com o século, continuando pré-científica. Enquanto os métodos da escola nova se baseiam na ciência, o

método tradicional é por eles (escolanovistas) remetido em sua origem à Idade Média. Consideram, assim, o método da Escola Nova, científico e o método tradicional, pré-científico. O método novo proclama-se científico, colocando-se como instrumento de introdução da ciência nas atividades educativas. Saviani diz que esse sistema dito tradicional estruturou-se através de um método pedagógico, que é o expositivo; que todos não só o conhecem como por ele passaram e muitos ainda estão passando; que tem como matriz teórica os cinco passos formais de ensino e científicos de Herbert: preparação, apresentação, comparação e assimilação, generalização e aplicação. Esses, defende Saviani, correspondem ao esquema do método científico indutivo de Bacon, seguintes: observação, generalização e confirmação. Saviani destaca que enquanto a Escola Nova, na prática, articula o ensino com o processo de desenvolvimento da ciência, o método tradicional realiza o ensino com o produto da ciência, isto é, com dados conhecidos. O sistema tradicional não deixa de ser científico, visto que segue um modelo sistemático e articula o ensino com o produto da ciência, conhecimentos já elaborados por ela, Saviani conclui sua segunda tese: do caráter científico do método tradicional e o caráter pseudocientífico dos métodos novos.

A terceira tese de Saviani, como crítica à Escola Nova, é a de natureza político-educacional e diz respeito ao seguinte: quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi ela, e, quando menos se falou em democracia mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática.

Saviani alerta o leitor para o fato de que em relação a pedagogia nova, um elemento sempre posto é a proclamação da democracia. Em função desse posicionamento, a Escola Nova introduziu no interior da escola os chamados procedimentos democráticos, uma vivência democrática. Porém, as experiências de requinte pedagógico, dos procedimentos e da vivência democráticas não atingiram o povo, o operário, o proletariado. O "povão" mesmo continuou a ser educado basilamente pelo método tradicional. As experiências restringiram-se a pequenos grupos, constituindo-se privilégios àqueles já bem aquinhoados pela sociedade. Este procedimento legitimava as diferenças. Os filhos do operariado não somente foram educados sem métodos novos, como seus pais nunca reivindicaram tais métodos. Ao contrário, seus genitores pobres eram conscientes de que o aprendizado implica em aquisição de conteúdos mais ricos e sabiam também que a aquisição de tais contextos requeria

muito esforço e que não são conseguidos pelo estudante espontaneamente. Ainda mais, se ele não aprende naturalmente, e se para fazê-lo é necessário disciplina, exigiam-na os pais, dos professores. Este modo de pensar é típico de pais operários. Defendem que se o filho não quer aprender, o papel do professor é fazê-lo aprender. Aqueles sabiam que sem a aquisição dos conteúdos mais ricos, seus filhos não teriam oportunidade de participar do meio social.

Neste sentido, Saviani advoga a tese: Quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi ela; quando menos se falou em democracia, mais ela esteve articulada com a construção de uma ordem democrática.

Examinando documentos relativos à reforma cearense, como o Regulamento da Instrução Pública, este é omissivo quanto à metodologia nas escolas. Pesquisando jornais que tratavam do processo das atividades pedagógicas no interior das classes, não encontramos referências explícitas sobre os novos métodos ou novos procedimentos educacionais e democráticos, preconizados pela pedagogia nova em implantação. Porém, a respeito da Escola Normal e da Escola Modelo, a primeira de formação e a segunda de aperfeiçoamento de professores, os jornais *O DIÁRIO DO CEARÁ*, a *TRIBUNA* e *O NORDESTE* realizaram inúmeras reportagens indicando que as aulas daquelas instituições seguiam a pedagogia escolanovista; que professores da Capital, mediante um certo controle, quanto ao número, semanalmente vinham assistir aquelas atividades, para nelas se espelharem. Havia até um recinto na sala reservado àqueles mestres assistentes. Pessoas ilustres e docentes assistiam o novo modelo e atividades letivas, desenvolvidas pelo Professor Lourenço Filho.

Na entrevista que tivemos com a professora Maria da Conceição de Souza, atualmente bibliotecária-chefe da Academia Cearense de Letras e autora de vários trabalhos publicados, tendo conhecido Lourenço Filho (foi aluna brilhante da Escola Normal), sendo essa docente pessoa dotada de uma percepção analítico-crítica dos fenômenos educacionais, vivenciando os acontecimentos da reforma, disse-nos que os critérios para a seleção a candidatos à Escola Normal e Escola Modelo, estipulados na Lei 1953/22 e no Regulamento da Instrução Pública, na prática, eram rigorosos e que os aprovados constituíam um grupo especial, a fim de que pudessem ser bem preparados e chegassem a ser bem qualificado produto educativo, em condições de continuar a reforma.

Os alunos da Escola Normal e da Escola Modelo constituíam uma elite, pequenos grupos em relação ao povo estudantil do sistema público do Ceará. Receberam o mais requintado treinamento da prática pedagógica escolanovista. Já os alunos pobres, proletários das escolas da capital e do interior, continuaram, basicamente, sendo educados na linha tradicional.

Embora no interior da escola continuasse a proclamação dos procedimentos democráticos, existiam os professores que não abdicavam de sua autoridade e a usavam para fazer com que os alunos ascendessem a um nível mais alto de assimilação da cultura, dos conteúdos mais ricos.

Segundo Jáder de Carvalho (entrevista em 21.11.81) pronunciando-se à questão sobre se a reforma de Lourenço Filho chegou a ser um movimento educativo popular, o Mestre assim se pronunciou:

"A reforma não chegou a descer até ao povo. Ora se as professoras não estavam preparadas para recebê-la, quanto mais o povo que vivia à parte da escola primária. De maneira que a reforma apareceu nos jornais, naquele tempo não havia rádio, apareceu nas palestras de Lourenço Filho e das professorandas, realizadas no teatro José de Alencar, com a presença não somente das professoras do interior, como também de. Muitas dormiam durante as palestras, como eu Escola Nova, mas na verdade, ninguém sabia o que era escola nova, porque não houve tempo para conscientização. Eu chamo essa reforma começo de reforma, pela sua pouca duração, isto é, em dois anos, nada se podia fazer em profundidade, de modo a alcançar a massa, ou se fazer sentir a reforma em toda a estrutura social do Estado.

"Eu entendo, professor, que essa reforma não chegou ao seu alcance, dada a morte de Justiniano de Serpa que muito a apoiou e a retirada de Lourenço Filho.

"Para que essa reforma se realizasse totalmente, havia necessidade que saíssem três ou quatro turmas da Escola Normal para que o magistério público fosse substituído, porque aquele professorado existente, as palestras, as conferências, as explicações e as orientações dadas não chegaram a modificar a mentalidade muita gente aqui da capital. Falava-se muito em mesmo vi."

7. A ESCOLA NOVA NO BRASIL

Como foi salientado, as idéias de Dewey chegaram ao Brasil no fim do século passado, através da didática adotada em colégios particulares dirigidos por educadores norte-americanos e por procedimentos pedagógicos experimentados ao nível da escola elementar como a do "Pedagogium" no Rio de Janeiro, que estabeleceu um laboratório de psicologia em 1897, e a da Escola Normal de São Paulo, inaugurando um laboratório de psicologia experimental em 1914. Mais tarde, outros foram realizados, pondo em prática as idéias da escola nova, no colégio "Progresso" no Rio de Janeiro, na "Escola Americana" de São Paulo, em escolas públicas do mesmo Estado e, por fim, destacam-se a "Escola Regional de Meriti", em Caxias, RJ e o "Instituto Cruzeiro", em São Paulo.

Várias experiências foram feitas nos estabelecimentos citados, resultando em novos objetivos para a escola pública e foram sempre baseados nos métodos Montessori ou Decroly, via de regra, o primeiro aplicado ao ensino primário e o outro ao secundário.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Fernando. *Novos Caminhos e Novos Rumos*, Melhoramentos, S. Paulo, s/d.
- DEWEY, John. *Vida e Educação*, Melhoramentos, S. Paulo, 1978.
- . *Experiência e Educação*, Ed. Nacional, S. Paulo, 1976.
- FOULQUIÉ, Paul. *As Escolas Novas*, Ed. Nacional, S. Paulo, 1951.
- FILHO, Lourenço. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, Melhoramentos, S. Paulo, 1974.
- PAIVA, Wanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. Edições Loyola, S. Paulo, 1973.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*, Cortez, S. Paulo, 1984.
- SCARAMOLLI, José. *Escola Nova Brasileira*. Liv. Zenith, S. Paulo, 1931, v. 1, 2.
- WILLIAM, Buy. "Fifth Conference of New Education", Dinamarca, 1929. In: Lourenço Filho — *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, Melhoramentos, S. Paulo, 1974.